

Curriculum vitae

Maria Rita de Oliveira Horta.
Naturalidade — Serpa.
Data de nascimento — 1952.
Formação académica:

- Pós-licenciatura em Política Internacional, Universidade Livre de Bruxelas, 1995-1996;
- Pós-licenciatura em Estudos Europeus, dominante Economia, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1984-1985;
- Licenciatura em Economia, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1970-1975;

Actividade profissional — funcionária do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas desde 1975, assessora do quadro do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

Agosto 2004 a Março 2005 — adjunta no Gabinete do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas, responsável pelas áreas relacionadas com a Política Agrícola Comum.

Dezembro de 2002 a Agosto de 2004 — consultora para questões agrícolas, Janeiro a Agosto de 2004, Eslováquia, Bratislava, Ministério da Construção e Desenvolvimento Regional, dois projectos de assistência técnica na área dos fundos estruturais. Acções de formação: Polónia, Instituto Europeu de Lodz, 3 e 4 de Dezembro de 2002, Lisboa, ISCS, formação para concursos da Comissão Europeia, Março, Junho e Novembro de 2003. Ilha Terceira, Março de 2003. Lisboa, Representação da Comissão Europeia, formação dos centros rurais, 1 e 2 de Abril de 2003. Anadia, seminário sobre vinhos, 12 de Dezembro de 2003.

Setembro de 2000 a Setembro de 2002 — Comissão Europeia, Direcção-Geral de Agricultura, Bruxelas, como perita nacional, divisão «Arroz» e «Relações internacionais — Países ACP e países asiáticos».

1987 a Agosto de 2000 — conselheira agrícola na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, Bruxelas, membro permanente do Comité Especial de Agricultura (CEA) e Conselho de Ministros (Agricultura) da União Europeia.

1980 a Janeiro de 1987 — Gabinete de Planeamento, Lisboa. Chefe de divisão do sector «carnes, leite e lacticínios», desde 1983, membro da equipa de negociações de adesão de Portugal à União Europeia.

1975 a 1980 — técnica superior do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, Lisboa.

Trabalhos realizados:

- «Consequências das negociações da OMC e do alargamento no sector dos vinhos», Dezembro de 2003;
- «A revisão intercalar da PAC — Uma proposta radical», Junho de 2003;
- «A Reforma da Política Agrícola Comum», Março de 2003;
- «O futuro da PAC e o alargamento», Dezembro de 2002;
- «A ovinicultura, perante a adesão à CEE», 1985;
- «A avicultura portuguesa e a CEE», 1984;
- «Bovinos e suínos — OCM — Preços na Comunidade — Preços em Portugal», 1981;
- «A organização comum do mercado da carne de porco e a integração de Portugal na CEE», 1980.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Direcção-Geral de Viação**

Despacho n.º 20 020/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Agosto de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo:

Filipe Rodrigues Meirinho — nomeado definitivamente, em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso, técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica de jurista do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos à data do presente despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 20 021/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Agosto de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea *d*)

do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo:

Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra — nomeada definitivamente, em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso, técnica superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos à data do presente despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 20 022/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Agosto de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo:

António Alberto Gonçalves Augusto Ribeiro — nomeado definitivamente, em reconhecimento da excelência e independentemente de concurso, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal não dirigente desta Direcção-Geral, com efeitos à data do presente despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 8126/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Raimundo Lopes, natural de São João Baptista, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 10 de Fevereiro de 1954, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8127/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luiz Orlando Monteiro Semedo, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 1 de Agosto de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8128/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Edna Maria da Cruz Barreto de Carvalho, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 13 de Abril de 1963, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 8129/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dulce Helena Alves Tavares, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 18 de Junho de 1976, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

2 de Setembro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.